

# APRESENTAÇÃO

Convidado para apresentar esta edição da revista da PGE, reporto-me ao seu primeiro número, do ano de 1971, cujo texto de introdução e o estudo intitulado “Pedágio. Condições para sua cobrança” foram escritos pelo então secretário da Justiça Hely Lopes Meirelles e que contava, entre outras preciosidades, com um artigo do procurador do Estado Jose Afonso da Silva – “Coisa Julgada. Limites”.

Naquela apresentação, Hely Lopes prenunciou o êxito da revista, que hoje passa de 47 anos de existência, com 87 edições, e destacou a importância da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo:

“O serviço público é atividade vinculada ao Direito. Dele a Administração não prescinde, nem o realiza sem a normatividade da Lei. E a lei exige correta interpretação para sua fiel aplicação, no âmbito administrativo e judicial.

Bastam essas considerações para pôr em destaque a alta missão dos órgãos de defesa judicial do Estado e de assessoramento jurídico da Administração Pública, como é a Procuradoria Geral do Estado de São Paulo.”

Dessa importância institucional e do convívio pessoal com os colegas decorre a imensa alegria em voltar a me dirigir aos Procuradores do Estado e aos demais leitores da revista para apresentar a recente edição, que traz importantes artigos sobre temas desafiadores e contemporâneos que hoje provocam a advocacia pública e os pensadores do direito público: Terceirização; Acesso à Justiça; Avaliação de impacto regulatório; Contratação livre de energia elétrica; Dano moral coletivo e ambiental; Ciência, tecnologia e inovação e Acordos em ação de improbidade são alguns dos assuntos aqui tratados com especial competência pelos autores, todos procuradores do Estado de São Paulo.

A PGE SP tem em seus quadros advogados altamente capacitados e fornece à administração estadual profissionais preparados para o assessoramento jurídico e para solução de qualquer problema que envolva o direito público e as interações do espaço público com o privado.

A instituição que, claro, ainda tem muito no que avançar, há muito tempo é porto seguro na defesa do estado e na assessoria de seus gestores.

Nesse cenário, a revista da PGE se insere como instrumento de divulgação dos pensamentos e trabalhos dos advogados públicos e dos temas de interesse daqueles que atuam no estado de direito e pelo interesse público.

Esta é, muito honrosamente, minha primeira aparição numa revista da PGE. E a estreia foi logo para apresentá-la. Sentirei saudades desse momento e do prazer de ter servido ao Estado de São Paulo e à carreira de procuradores como procurador geral adjunto.

Pretensiosamente, citando o prefácio que Paulo Francis escreveu de Nova York para sua coletânea de artigos em 1978, espero que este texto e os que seguem na revista sejam lidos e sejam também queridos. E possam, como se pudessem, dizer... “é agradável e lisonjeiro saber que alguém me quer, ainda que não me chame de Baudelaire.”

O maior prazer da leitura é a possibilidade de se ter uma boa conversa íntima com gente inteligente. É o caso desta edição. Desejo a todos uma excelente leitura!

**CAIO GUZZARDI**

*Procurador Geral do Estado Adjunto*